- XLIV -**A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS
REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**

Jessiane Gisele Barroso da Silva – UFAC
(jessianegisele@hotmail.com)

Adão Rogério Xavier Silva – UFAC
(adaorxs@gmail.com)

Alisson Lima Damião – UFAC
(aldczs@gmail.com)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma reflexão a partir de leituras e estudos desenvolvidos sobre as políticas públicas educacionais vigentes no Brasil. Nosso objetivo é apresentar as principais mudanças ocorridas nas reformas educacionais nas duas últimas décadas no Brasil, além de, compreender qual o papel do Banco Mundial (BM) na formulação e reformulação dessas políticas. O texto se apoia em argumentos de pesquisadores que trazem para o debate elementos que comprovam o grau de influência que tal agência financiadora exerceu na formulação dessas políticas públicas educacionais e suas reais finalidades.

O Banco Mundial e as Políticas Públicas para a Educação Básica no Brasil

A presença do BM na formulação das políticas públicas educacionais para a educação básica (ensino fundamental) no Brasil teve forte ligação com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien na Tailândia em 1990. Este evento resultou na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) que tinha como prioridades, segundo Libâneo,

[...] a universalização do acesso escolar, financiamento e repasses de recursos financeiros, descentralização da gestão, Parâmetros Curriculares Nacionais, ensino a distância, sistema nacional de avaliação, políticas do livro didático, Lei de Diretrizes e Bases (Lei n 9.394/96), entre outras (LIBÂNEO, 2012, p. 15).

Tais medidas direcionavam para o que Libâneo (2012) chamou de dualismo da escola pública brasileira. Como o próprio autor destaca, a escola vem enfrentando nas últimas duas décadas uma contradição “entre quantidade e qualidade em relação ao direito a escola, entre aspectos socioculturais, e entre uma visão de escola assentada no conhecimento e outra, em suas missões sociais” (LIBÂNEO, 2012, p. 15). Nesse sentido, o real objetivo da escola é incerto, visto que as políticas educacionais do BM privilegiam as relações sociais em detrimento a aprendizagem dos alunos.

As estratégias difundidas pelo BM na Declaração de Jomtien seguem na direção de uma oferta de conhecimentos mínimos necessários. Conforme Boom (2004, p. 222).

Na Declaração de Jomtien, o conceito de aprendizagem refere-se à aquisição de capacidades, atitudes e comportamentos necessários a vida, nos quais se “incluem leitura, escrita, cálculo, técnicas, valores e atitudes que necessitam os seres humanos para sobreviver”. (p. 222). Além disso, o autor afirma que “a educação básica deve centrar-se nas aquisições e nos resultados efetivos da aprendizagem” (apud. LIBÂNEO, 2012, p. 19).

Nesse sentido, Libâneo (2012) chama a atenção para as questões sobre as políticas educacionais pós-Jomtien e as reais intenções do BM para a formulação das políticas educacionais brasileira. O autor afirma que o BM procura esconder “o que diversos pesquisadores chamam de educação para a reestruturação capitalista, ou educação para a sociabilidade capitalista” (LIBÂNEO, 2012, p. 20).

O Banco Mundial vê a educação básica como a principal ferramenta para o desenvolvimento econômico no país e vislumbra o progresso através da educação priorizando a concessão dos seus empréstimos a educação básica. A intenção é promover o ajuste estrutural do país e, com isso, reduzir a pobreza, a erradicação do analfabetismo e o controle da natalidade. Tais intenções são acompanhadas do discurso da necessidade de educar as mulheres e as meninas e prepará-las para o mercado de trabalho. Empregando o discurso da igualdade de oportunidades com a intenção de introduzir as camadas populares no mercado de trabalho, desta forma, a educação passaria a ser o caminho principal para ascensão econômica do país.

Nesse sentido, é importante refletirmos sobre essa estratégia do BM para compreendermos os reais interesses dessa agência financiadora.

Não é que tais aspectos não devessem ser considerados; o problema está na distorção dos objetivos da escola, ou seja, a função de socialização passa a ter apenas o sentido de convivência, de

compartilhamento cultural, de práticas de valores sociais, em detrimento do acesso à cultura e à ciência acumuladas pela humanidade. Não é por acaso, o termo igualdade (direito iguais para todos) é substituído por equidade (direito subordinado as diferenças). (LIBÂNEO, 2012, p. 23).

O termo igualdade e equidade apesar de terem significados totalmente diferentes parecem serem sinônimos para o Banco Mundial. O que não podemos esquecer é que a equidade mencionada no documento do BM é equivalente e caracterizada como justiça, uma vez que o documento propõe a distribuição das mesmas oportunidades de acesso à educação para todos.

Porém, possibilitar o acesso à educação para todos não significa que todos terão os mesmos resultados ou até mesmo as mesmas oportunidades. Essa generalização da oferta como medida salvacionista não considera questões particulares dos indivíduos, isto é, não considera as singularidades, mas prioriza a massificação da educação.

Bernard Charlot (2005, p. 143), critica veementemente a educação pensada e organizada nos moldes economicistas e de preparação para o trabalho, de acordo com a reflexão deste autor,

[...] a visão de educação imposta por organismos internacionais produz o ocultamento da dimensão cultural e humana da educação, à medida que se dissolve a relação entre o direito das crianças e jovens de serem diferentes culturalmente em termos de dignidade e reconhecimento humano. Ele conclui: “Desse modo, a redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito”. (p. 143). Com isso, Charlot ressalta, aumentam os índices de escolaridade, mas se agravam as desigualdades sociais de acesso ao saber, pois à escola pública é atribuída a função de incluir populações excluídas e marginalizadas pela lógica neoliberal, sem que os governos lhes disponibilizem investimentos suficientes, bons professores e inovações pedagógicas. Eis as consequências dessa política. (apud LIBÂNEO, 2012, p. 23).

Em conformidade com o pensamento de Charlot (2005), entendemos que as políticas educacionais para a educação básica defendida pelo BM seguem na direção da defesa de uma escola que conduz a preparação do indivíduo para a demanda do mercado de trabalho deixando em segundo plano a dignidade do ser humano.

Nesse sentido, entendemos que não basta somente aumentar as taxas de matrícula e de escolaridade porque a adoção dessas medidas imediatistas e simplistas aumentam as desigualdades sociais. Entendemos que a aplicação dessas políticas aumenta a dificuldade do acesso a uma educação de qualidade condicionando os menos favorecidos a um mercado capitalista que prioriza a massificação e o investimento em habilidades específicas que atendem somente aos interesses neoliberais.

O perfil do projeto de política educacional financiada pelo BM limita-se na oferta de uma escola que busca o alívio da pobreza, a retirada da condição de miséria e o atendimento às crianças mais pobres. Porém, esperamos ter mostrado que tais medidas não oferecem condições para que a ciência e o conhecimento sejam disponibilizados a todos de forma igualitária para que a escola cumpra o seu papel de formar cidadãos críticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões expostas neste texto não têm a pretensão de apresentar conclusões prontas e definitivas, mas sim despertar a vontade de refletir e compreender as articulações políticas e educacionais que seguiram as orientações neoliberais de agências internacionais financiadoras, sobretudo o BM que atribuíram à educação a missão de solucionar os problemas econômicos e sociais.

Entendemos que a missão da escola consiste em assegurar a todos os alunos sua formação científica que amplie sua evolução cognitiva e o desenvolvimento da sua personalidade através da apropriação de saberes e instrumentos culturais. Defendemos esse pensamento, pois entendemos que a escola é a ferramenta principal para a formação de cidadãos críticos, reflexivos, que sejam capazes de reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças e as diversidades culturais. Acreditamos que todos estes fatores são capazes de contribuir para o processo de emancipação humana dos alunos.

REFERÊNCIAS:

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n.º. 1, p. 13-28, 2012.